

MAPFRE Vida S.A.

CNPJ: 54.484.753/0001-49



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à vossa apreciação em cumprimento às disposições legais e estatutárias as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 da MAPFRE Vida S.A., elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. As referidas Demonstrações Financeiras estão sendo apresentadas segundo os critérios estabelecidos pela Circular SUSEP nº 648/2021, de 12 de novembro 2021, e alterações posteriores, acompanhadas do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria, Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório dos Atuários Independentes.

Prêmios emitidos

Os prêmios emitidos no exercício de 2024 totalizaram R\$ 815,6 milhões com decréscimo de R\$ 13,3 milhões ou -2% em relação ao ano anterior, principalmente devido ao trabalho de saneamento da carteira de corretores e canais deficitários.

Sinistralidade

A sinistralidade foi de 64,9%, com aumento de 1,7.p.p. em relação ao exercício de 2023, a piora na sinistralidade é decorrente do aumento de avisos de sinistros nos meses de junho a agosto, com normalização a partir de setembro de 2024.

Despesas administrativas

As despesas administrativas sobre o prêmio ganho em 2024 foram de 10,3%, decréscimo de 1,7.p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior, reflexo das ações de eficiência operacional.

Resultado financeiro

O resultado financeiro totalizou R\$ 64,6 milhões, aumento de 6,9% em relação ao exercício anterior, impactado principalmente pela redução nas despesas financeiras relacionadas às atualizações monetárias e juros, decorrentes das baixas do estoque de provisões de sinistro judiciais devido à acordos e encerramentos das ações.

Índice combinado

O índice combinado (total de gastos com sinistros ocorridos, despesas de comercialização, despesas administrativas, resultado com operações de resseguro, despesas com tributos e outras receitas e outras despesas operacionais sobre os prêmios ganhos), em 2024, foi de 95,8%, aumento de 1,7.p.p. em relação aos 94,2% do exercício de 2023. Esta variação decorre, principalmente pelo aumento nos índices de custo de aquisição, devido a entrada de novos parceiros com maior comissionamento e do índice de sinistralidade pelo maior aviso de sinistros.

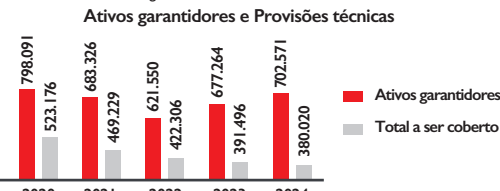
O índice combinado ampliado, que inclui o resultado financeiro, de 2024 foi de 87,9%, aumento de 1,0.p.p. em relação aos 86,9% do mesmo período do ano anterior.

Resultado do exercício

O resultado totalizou em 2024 um lucro de R\$ 58,7 milhões, redução de R\$ 4,0 milhões, em relação ao exercício de 2023, em decorrência da piora do índice combinado.

Declaração de capacidade financeira

A MAPFRE Vida S.A. tem apresentado nos últimos 5 (cinco) anos liquidez para cobertura das reservas técnicas, conforme demonstrado no gráfico abaixo:



Política de reinvestimento de lucros e política de distribuição de dividendos

Os acionistas da MAPFRE Vida S.A., em cada exercício, têm direito a receber, a título de dividendos, o mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido.

O lucro líquido, após as deduções legais e distribuições de dividendos previstas no Estatuto Social, terá a destinação proposta pela Diretoria e deliberada pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária, podendo ser designado 100% a Reserva de Lucros - investimento, visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da Seguradora, até atingir o limite do valor do capital social integralizado.

Sustentabilidade

Um pilar estratégico da MAPFRE e, assim, avançamos cada vez mais para integrar os aspectos ASG (Ambiental, Social e Governança) aos negócios da Seguradora. Em 2024, demos continuidade à execução dos projetos e iniciativas que integram o Plano Estratégico Corporativo de Sustentabilidade. Esse plano, atualizado para o triênio 2024-2026, define o posicionamento da MAPFRE em relação às questões ASG e contempla os compromissos globais de sustentabilidade assumidos pela seguradora, com foco nos grandes desafios enfrentados atualmente pelo mundo: as mudanças climáticas; a necessidade de uma economia mais circular; a inclusão; a educação financeira e de seguros; o envelhecimento da sociedade; os negócios e demandas sociais; e os desafios de um portfólio de produtos e serviços cada vez mais sustentável, em linha com as oportunidades e ameaças de um cenário socioeconômico e climático em plena transformação.

Como destaque no âmbito das questões ambientais, ressaltamos o cumprimento da meta de redução da pegada de carbono, com um desempenho 15% superior à meta de 4,05%, considerando a linha de base de 2022. Esse resultado é decorrente da adoção de diversas iniciativas e projetos que têm como intuito a redução das emissões de carbono das operações da MAPFRE, como a nova certificação ambiental (Lixo Zero) alcançada no Edifício MAPFRE, sede da empresa em São Paulo.

Em relação às questões sociais, além da continuidade das iniciativas que têm como objetivo o bem-estar dos nossos colaboradores, demos continuidade ao projeto MAPFRE Sênior, com o lançamento dos produtos MAPFRE Sênior Empresarial - desenhado especialmente para atender às necessidades e preocupações das Instituições de Longa Permanência de Idosos (ILPIs) - e MAPFRE Sênior Residencial, construído para trazer qualidade de vida e autonomia para o público sênior. Também lançamos o Projeto MAPFRE na Favela com a oferta de três produtos de seguros de impacto social para a população de baixa renda.

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2024	2023	Passivo	Nota	2024	2023
Circulante		361.962	345.211	Circulante		325.934	311.918
Disponível	5	108	394	Contas a pagar	13	48.716	52.385
Caixa e bancos		108	394	Obrigações a pagar		33.192	34.607
Equivalentes de caixa	5	1.573	48.887	Impostos e encargos sociais a recolher		3.779	3.702
Aplicações	6	190.429	149.683	Encargos trabalhistas	14	7.460	6.850
Créditos das operações com seguros e resseguros	12	191.960	109.628	Impostos e contribuições	14	4.285	7.226
Prêmios a receber	7	92.082	80.058	Débitos de operações com seguros e resseguros		60.839	62.396
Operações com seguradoras	8	20.955	24.705	Operações com seguradoras		20.041	21.659
Operações com resseguradoras	9a	8.923	4.835	Operações com resseguradoras	9b	10.066	5.312
Outros créditos operacionais	13	13.981	8.951	Corretores de seguros e resseguros	15	21.505	16.539
Ativos de resseguro	9a	7.757	5.601	Outros débitos operacionais	16	9.227	18.876
Títulos e créditos a receber	16	16.662	10.709	Depósitos de terceiros	17	6.673	5.583
Títulos e créditos a receber		6.712	2.237	Provisões técnicas - seguros	18	209.706	191.554
Créditos tributários e previdenciários	25b	7.473	6.242	Danos		38	30
Outros créditos		2.477	2.230	Pessoas		186.630	164.652
Despesas antecipadas	3	94	3	Vida		23.038	26.872
Custos de aquisição diferidos	10	9.398	11.355	Passivo não circulante		229.975	253.436
Seguros		9.398	11.355	Provisões técnicas - seguros	18	215.966	240.598
Ativo não circulante		781.997	790.443	Pessoas		210.075	235.634
Realizável a longo prazo		741.446	749.788	Vida		5.891	4.994
Aplicações	6	512.142	527.581	Outros débitos	22	14.009	12.838
Créditos das operações com seguros e resseguros		543	13	Provisões judiciais		14.009	12.838
Prêmios a receber	7	543	13	Patrimônio líquido	23	588.050	570.300
Ativos de resseguro	9a	3.331	2.484	Capital social		505.166	505.166
Títulos e créditos a receber	225	709	218	Reserva legal		8.214	5.280
Créditos tributários e previdenciários	25b	220.178	214.636	Reserva investimentos		115.953	74.362
Depósitos judiciais e fiscais	22a	5.531	3.742	Ajustes de avaliação patrimonial		(41.283)	(41.283)
Custos de aquisição diferidos	10	21	1.332				
Seguros		21	1.332				
Investimentos		840	768				
Participações societárias		626	543				
Imóveis destinados a renda		214	225				
Imobilizado	11	2.876	2.944				
Imóveis de uso próprio		2.876	2.942				
Bens móveis		-	2				
Intangível	12	36.535	36.943				
Outros intangíveis		36.535	36.943				
Total do ativo		1.143.959	1.135.654	Total do passivo e patrimônio líquido		1.143.959	1.135.654

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

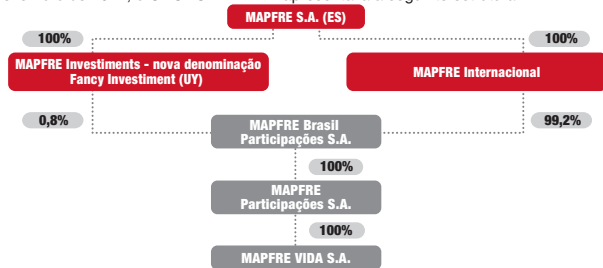
	Reservas de lucros					
	Capital social	Reserva legal	Reserva de investimentos	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2023	505.166	2.145	29.693	(38.931)	-	498.073
Variação líquida no valor justo dos ativos financeiros	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	62.694	62.694
Proposta para distribuição do resultado:						
Reserva legal	-	3.135	-	-	(3.135)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(14.890)	(14.890)
Reserva de investimentos	-	-	-	-	(4.669)	(4.669)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	505.166	5.280	74.362	(14.508)	-	570.300
Variação líquida no valor justo dos ativos financeiros	-	-	-	-	(27.015)	(27.015)
Redução ao valor recuperável de ativos financeiros	-	-	-	(234)	240	6
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	58.701	58.701
Proposta para distribuição do resultado:						
Reserva legal	-	2.934	-	-	(2.934)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(13.942)	(13.942)
Reserva de investimentos	-	-	-	-	(41.825)	(41.825)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	505.166	8.214	115.953	(41.283)	-	588.050

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A MAPFRE Vida S.A., doravante designada por "Seguradora", é uma sociedade por ações de capital fechado, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a operar em seguros e coseguradora nos ramos de pessoas e vida, em todo o território nacional. O endereço registrado da Seguradora é Avenida das Nações Unidas, nº 14.261, 21º andar, Vila Gertrudes, São Paulo - SP, CEP 04794-000 e está cadastrada sobre o CNPJ nº 54.484.753/0001-49. A Seguradora é integrante do GRUPO MAPFRE, conjunto de empresas e entidades que operam em seguros e atividades correlatas, bem como participação em outras sociedades, com sede em Madrid, Espanha. O controlador direto da Seguradora é a MAPFRE Participações S.A., e o controlador em última instância é a MAPFRE S.A. (ES). As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas integrantes do GRUPO MAPFRE, sendo os custos das estruturas operacionais e administrativas comuns observados segundo critérios estabelecidos em acordo operacional existente entre as empresas do GRUPO MAPFRE. Em 31 de dezembro de 2024, o GRUPO MAPFRE apresenta a seguinte estrutura:



2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Base de preparação: Em consonância com a Circular SUSEP nº 648/2021, de 12 de novembro de 2021, e alterações posteriores, as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024 foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações financeiras estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 27 de fevereiro de 2025. **b) Continuidade:** A Administração considera que a Seguradora possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio de continuidade. **c) Base para avaliação, apresentação e moeda funcional:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ativos valor justo por meio de outros resultados abrangentes, mensurados pelo valor justo. A moeda funcional da Seguradora é o Real. **d) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com os pronunciamentos do CPC, referendados pela SUSEP, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas para a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revistas e em quaisquer períodos futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: i. informações sobre julgamentos e estimativas adotadas, que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; e ii. informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil. **e) Nota 31 - Classificação dos contratos de seguro:** • Notas 3j, 3k, 18, 19 e 21 - Provisões técnicas e teste de adequação dos passivos; • Nota 3b e 6 - Aplicações e ativos financeiros; • Notas 3l e 22 - Provisões judiciais; e • Notas 3p e 25 - Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido diferidos. **f) Segregação entre circulante e não circulante:** A Seguradora revisa os valores registrados no ativo e no passivo circulantes, a cada data de elaboração das demonstrações financeiras, com o objetivo de classificar para o não circulante aqueles cuja expectativa de realização ultrapassa o prazo de 12 (doze) meses subsequentes à respectiva data-base. Os títulos e valores mobiliários classificados como "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independente dos prazos de vencimento. Ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido diferidos são classificados como não circulantes. Para os itens patrimoniais sem vencimento definido, foram considerados os valores administrativos e sem classificação, no ativo ou no passivo circulantes, e os valores judiciais no ativo ou no passivo não circulante. **g) Adoção do CPC 48 e alterações introduzidas pela Circular SUSEP nº 678/2022, de 10 de outubro de 2022:** A Circular SUSEP nº 678/2022, de 10 de outubro de 2022, entrou em vigor em 1º de janeiro de 2024, e trouxe mudanças na mensuração do teste de adequação de passivos - TAP, na mensuração da redução ao valor recuperável - RVR, na provisão de despesas relacionadas a produtos estruturados em regime financeiro de capitalização ou repartição de capitais por cobertura - PDC, bem como recepção do CPC 48 - Instrumentos financeiros. Abaixo listamos a nossa análise de impacto. • Teste de Adequação de Passivos - TAP. Com a adoção da Circular SUSEP nº 678/2022, de 10 de outubro de 2022, fica o critério da superveniente em compensar ou não os resultados parciais do Teste de Adequação de Passivos por grupos de contratos. A Seguradora definiu em política, a opção por utilizar a compensação do resultado do TAP entre grupos de contratos. A Seguradora permaneceu sem a necessidade de constituição de PCC, observando seu superávit no consolidado. • Redução ao valor recuperável - Prêmios a receber. A Seguradora reconhece uma redução ao valor recuperável (RVR) de prêmios a receber, conforme determina a Circular SUSEP nº 678/2022, artigo 137º, baseada em estudo técnico, que considera inclusive o histórico de perdas e os riscos de inadimplência segregados por faixas de vencimento e agrupamentos de prêmios a receber. O percentual de RVR é calculado por meio da

soma dos percentuais de inadimplência com os percentuais de cancelamento. A aplicação desse fator é feita nos aggrings de prêmios vencidos, líquidos das provisões técnicas (provisão de prêmios não ganhos - PPN) e dos custos de aquisição diferidos, sendo que a metodologia faz o tratamento para as parcelas vencidas de devedores em atraso. Em 2023 a RVR era reconhecida apenas líquida das provisões técnicas, para os recebíveis relativos a riscos decorridos ou prêmios a receber vencidos e não pagos. Adicionalmente, para os saldos remanescentes, é reconhecida a redução ao valor recuperável quando o período de inadimplência superar 60 (sessenta) dias da data do vencimento do crédito. Tal mudança na apuração da estimativa de valor recuperável provocou um impacto positivo no resultado do período de R\$ 13.821 (R\$ 8.293 líquido dos efeitos tributários). • Redução ao valor recuperável - Ativos de resseguro. A Circular SUSEP nº 678/2022, de 10 de outubro de 2022, passa a requerer que na mensuração da estimativa de redução ao valor recuperável a Seguradora considere a possibilidade de que a totalidade ou parte dos recuperáveis possam não ser recebidos devido a eventos de inadimplência da contraparte envolvida, no caso, o ressegurador. Dessa forma, a Seguradora alterou a mensuração de tal estimativa de forma que a redução ao valor recuperável - RVR passe a ser constituída sobre os ativos sujeitos ao risco de contraparte (ativo de resseguro de PPN, ativo de resseguro de sinistros e créditos a recuperar), com base no histórico de perdas com os resseguradores, bem como em informações de mercado que forneçam probabilidades de default em função do rating da contraparte. Tal mudança na apuração da estimativa de valor recuperável provocou um impacto negativo no resultado do período de R\$ 91 (R\$ 76) líquido dos efeitos tributários). • CPC 48 - Instrumentos financeiros. Devido os ativos financeiros, constantes na carteira na data de implementação, passaram no teste de SPPI (Solely Payment of Principal and Interest), e a gestão do portfólio de investimentos está alinhada com o modelo de negócio, a Seguradora não apurou impactos em seu balanço em relação à reclassificação dos instrumentos financeiros. Assim, os ativos financeiros classificados como disponíveis para venda foram redesignados como valor justo por meio de outros resultados abrangentes - VJORA. No caso dos fundos de investimentos, manteve-se a mensuração a valor justo por meio do resultado - VJR em 31 de dezembro de 2024, como demonstrado abaixo:

Ativos financeiros	Classificação original - CPC 38	Nova classificação - CPC 48
Fundos de investimentos	Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio de outros resultados - VJR
Letras financeiras do tesouro - LFT	disponíveis para venda	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes - VJORA
Letras do tesouro nacional - LTN	disponíveis para venda	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes - VJORA
Notas do tesouro nacional - NTN-F	disponíveis para venda	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes - VJORA

Notas do tesouro nacional - NTN-F disponíveis para venda
 No que se refere a perda esperada dos títulos, a adoção do CPC 48 não trouxe um impacto significativo, em função do reconhecimento de perda esperada nas carteiras classificadas como VJORA. **g) Novos fundos e interpretações: Resolução CNSP nº 479/2024, de 26 de dezembro de 2024:** A Resolução CNSP nº 479/2024, de 26 de dezembro de 2024, entra em vigor a partir de janeiro de 2025, introduz duas alterações principais: a exclusão dos fatores reduzidos no cálculo do Risco de Subscrição, que não eram utilizados nos cálculos, pois utilizávamos os fatores padrão, e ajustes pontuais em tabelas e agrupamentos de classificação para o cálculo do Risco de Subscrição e Operacional, os quais não impactaram a carteira vigente.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos apresentados, com exceção do indicado na nota explicativa 21 considerando efeitos prospectivos tal como permitido pelo artigo 4º da Circular SUSEP 678/2022, de 10 de outubro de 2022. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **a) Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem caixa, saldos em conta movimento sem vencimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 (noventa) dias e com risco insignificante de mudança de seu valor justo e que não estejam vinculados como garantia das provisões técnicas. Os valores são utilizados pela Seguradora para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. **b) Ativos financeiros:** São classificados em função do modelo de negócios e as características contratuais dos fluxos de caixa dos instrumentos, mediante a avaliação se o ativo apresenta características de pagamento apenas de principal e juros, também conhecido como teste de SPPI (Solely Payment of Principal and Interest). Os ativos financeiros são mensurados inicialmente ao valor justo acrescido do custo da aquisição, exceto nos casos em que os ativos e passivos financeiros são registrados ao valor justo por meio do resultado. Os ativos e passivos financeiros podem ser classificados em uma das categorias: *(i)* mensurados a custo amortizado; *(ii)* mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e *(iii)* mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os principais ativos financeiros da Seguradora são títulos públicos e fundos de investimentos. *i. Mensurados a custo amortizado:* São classificados nesta categoria os ativos financeiros que atendam ambas as condições a seguir e que não foram designados como mensurados ao valor justo por meio do resultado, sendo (a) mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e, (b) cujos termos contratuais dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que são pagamento somente do principal e dos juros (SPPI - Solely Payment of Principal and Interest). *ii. Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):* Compreende os ativos financeiros que atendam ao critério do teste SPPI (Solely Payment of Principal and Interest), cujo objetivo seja tanto manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais quanto para venda. Os ativos contabilizados como VJORA devem ser registrados ao valor justo no balanço patrimonial. Os juros calculados pela taxa efetiva são registrados no resultado e a variação no valor justo (ganhos ou perdas não realizadas) é registrada contra o patrimônio líquido, na conta "Outros resultados abrangentes", sendo realizada contra o resultado por ocasião da sua efetiva realização. *iii. Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):* São classificados nessa categoria os ativos financeiros que não sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. As cotas de investimentos, por serem um ativo que naturalmente não atende os critérios de SPPI (Solely Payment of Principal and Interest), são classificados como VJR. *iv. Determinação do valor justo:* Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos estão divulgadas na nota explicativa nº 6c. *ii. Recebíveis:* Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos

FUNDACION MAPFRE

Por meio da Fundação MAPFRE, instituição sem fins lucrativos, a MAPFRE contribui para o desenvolvimento social com a realização de iniciativas na área de Prevenção e Segurança Viária, Promoção da Saúde, Seguro e Previdência Social, Cultura e Ação

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de Dezembro de 2024 (Em milhares de Reais)

compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso. Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade. Gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado quando o resultado do ativo imobilizado é calculado segundo o método linear considerando as taxas divulgadas na nota explicativa nº 11. **f) Intangível:** Compreende os gastos com projetos relacionados ao desenvolvimento de *softwares*, quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica. As despesas relacionadas à manutenção de *softwares* são reconhecidas no resultado no período quando incorridas. A amortização do ativo intangível é calculada segundo o método linear considerando as taxas divulgadas na nota explicativa nº 12. **g) Classificação dos contratos de seguros:** A Seguradora classifica os contratos em dois tipos de contratos, dependendo quando há risco significativo de seguro, assim definido quando pode ser observada a possibilidade de pagar benefícios adicionais ao segurado na ocorrência de um evento futuro incerto específico que possa afetá-lo de forma adversa e significativa. **h) Mensuração dos contratos de seguros:** Os prêmios de seguros e os custos de aquisição são contabilizados por ocasião da emissão das apólices ou faturas, ou pelo início de vigência do risco para os casos em que o risco tem início antes da emissão. São apólices lineares, no decorrer do prazo de vigência do risco coberto, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios ganhos e dos custos de aquisição diferidos. As receitas de prêmios e os correspondentes custos de aquisição, relativos aos riscos vigentes sem emissão das respectivas apólices, são reconhecidas ao resultado no início da cobertura do risco, em bases estimadas. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados como receitas financeiras em base *"pro rata-die"* ao longo do período de pagamento das parcelas dos prêmios. **i) Resseguro:** Resseguro é a operação pela qual o segurador transfere a outrem, total ou parcialmente, o risco assumido. Na operação o Seguradora objetiva mitigar suas responsabilidades na aceitação de certo risco eventualmente considerado excessivo, cedendo a um ressegurador uma parte ou toda a responsabilidade e do prêmio correspondente recebido. Tecnicamente, o resseguro é um contrato que visa equilibrar e dar solvência aos seguradores por meio da diluição dos riscos, junto a terceiros, o que contribui para a segurança do mercado. Os prêmios de resseguros relativos aos contratos da modalidade "proporcional" são registrados ao resultado simultaneamente aos respectivos prêmios de seguros, sendo apropriadas no resultado as correspondentes despesas de resseguro diferidas, de acordo com as bases lineares, no decorrer do prazo de vigência do risco coberto, por modalidade "não proporcional" são registrados ao resultado no início de vigência do contrato de resseguro, sendo apropriadas ao resultado as correspondentes despesas de resseguro diferidas, de acordo com a vigência do contrato de resseguro. As baixas das operações de resseguro mantidas com os resseguradores, são contabilizadas com base em prestações de contas nos contratos automáticos da modalidade "proporcional" e caso nos contratos facultativos e nos contratos automáticos da modalidade "não proporcional". Para a avaliação dos contratos com a operação de resseguro, incluem-se os saldos a receber dos segurados e os valores estimados de pagamentos brutos, bruta de termos dos contratos de resseguros, e as parcelas do ressegurador nas provisões técnicas constituídas. No caso de serem identificados indícios de que os valores não serão realizados pelos montantes registrados, esses ativos são ajustados ao seu valor recuperável levando-se em consideração o descrito na nota explicativa nº 3c ii. Os valores a pagar aos resseguradores são calculados de acordo com as disposições contratuais previamente definidas. **j) Custos de aquisição diferidos:** São custos subsequentes à aquisição de ativos, relacionados com a operação de resseguro, incluindo a comercialização de apólices de seguros, sendo a apropriação ao resultado realizada pelo método *"pro rata-die"* tomando-se como base os dados de início e fim de vigência do risco segurado. A Provisão de Prêmios não Ganhos dos Riscos Vigentes, mas não Emitidos - PPNG-RVNE é calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos de 24 (vinte e quatro) meses que consideram o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices e endossos. A Provisão de Excedentes Técnicos - PET é constituída para os contratos que possuem a previsão contratual de distribuição de excedentes decorrentes de superávit técnico de apólice. A Provisão de Sinistros a Liquidar - PSL é constituída para os contratos de seguros com base em bases de resseguros e líquidos de recuperação de cosseguro cedido, com base nas notificações e avisos de sinistros recebidos até a data do balanço patrimonial, incluindo atualizações monetárias e juros. Nessa provisão técnica encontram-se também os valores estimados referentes às ações judiciais. O ajuste de Sinistros Ocorridos e não Suficientemente Avisados - IBNeR considera o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até sua liquidação final. É calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos de 60 (sessenta) meses que consideram o intervalo entre a data de ocorrência e a data base de referência. A Provisão de Despesas Relacionadas - PDR é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros, contemplando as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro e, também, as despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada. É calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, considerando o histórico de sinistros a liquidar e o teste de adequação de provisões técnicas. A metodologia utilizada refere-se às despesas ocorridas em um dado período se desenvolverão de forma similar àquela observada em períodos de ocorrências anteriores. A Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados - IBNR representa o montante esperado de sinistros ocorridos e não avisados até a data de cálculo da estimativa. É calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos de 60 (sessenta) meses que consideram o intervalo entre a data de ocorrência e a data do balanço. **i) Teste de adequação dos passivos TAP:** A Seguradora elabora o teste de adequação dos passivos TAP para todos os contratos de seguros, com a definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11 - Contratos de Seguro, a Resolução CNSP nº 432/2021 e alterações e Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações a cada data de balanço e que estão vigentes na data de execução do teste. Este teste é elaborado considerando-se como valor contábil todos os passivos de contratos de seguros deduzidos dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados aos contratos de seguros comparado ao valor esperado dos fluxos de caixa que decorram do cumprimento dos contratos e certificados comercializados. O teste consistiu na projeção dos sinistros a ocorrer e das despesas decorrentes, considerando o cancelamento, as despesas alcováveis relacionadas aos sinistros e outras receitas e despesas diretamente relacionadas aos contratos de seguros. Para o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa projetados a Seguradora utilizou a estrutura a termo da taxa de juros (ETTJ) livre de risco definidas pela SUSEP. Os fluxos são avaliados na forma bruta de resseguro, bem como é realizada a avaliação dos fluxos dos ativos de resseguro. Para a projeção dos fluxos dos ativos de resseguro de sinistros já ocorridos, consideramos a melhor estimativa dos sinistros já pagos, dos custos de aquisição a partir do triângulo de *run-off*, para os demais ativos de resseguro, foi considerado o percentual observado de cessão, compreendidos até os últimos 36 (trinta e seis) meses de análise. Para avaliação do teste de adequação de passivos, optou-se por agrupar os riscos expostos de acordo com as similaridades dos grupos de contratos em seus respectivos ramos. Na apuração das premissas para as projeções dos fluxos de caixas, foram consideradas as melhores estimativas da série histórica em diversos períodos, compreendidos entre o último mês e até os últimos 5 anos de análise por grupos de contratos. O resultado das principais premissas utilizadas foram:

Premissas	Descrição
Taxa de desconto	ETTJ SUSEP Livre de risco pré-fixada.
Taxa de juros contratada para passivos	Obrigações não Indexadas.
Taxa de juros esperada para os ativos	Cupom PRE
Sinistralidade (Consolidada)	65,34%
Despesas administrativas	5,94%
Comissão de prêmio futuro	16,01%

O resultado do teste de adequação não apresentou necessidade de registro de provisões adicionais aos passivos de seguro já registrados na data-base. Conforme resultado segregado por grupos de contratos líquido de resseguro:

Grupos de contratos	Resultado TAP (PPNG)	Registros Não registrados
Vida	4.334	37.939
Vida Individual	10.099	9.608
PCC contabilizada	-	-

m) Provisões, passivos e ativos contingentes: Uma provisão é reconhecida com base em evento passado e se a mesma pode ser estimada de forma contábil, bem como, seja provável que haja recurso econômico exigido para liquidar a obrigação. As contingências judiciais passivas são avaliadas individualmente pela área jurídica da Seguradora, e seus assessores, com relação às probabilidades de perda em função da natureza das ações, com base em processos anteriores, completada processual e material e a jurisprudência dos Tribunais. Estas são provisionadas quando a perda é considerada provável a saída de recursos para a liquidação das ações judiciais e quando tais montantes forem mensuráveis com segurança, conforme os critérios estabelecidos no pronunciamento técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Passivos contingentes são divulgados, mas não provisionados, caso seja possível a obrigação futura de eventos passados ou se existir obrigação presente de um evento passado e seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma contábil. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos jurídicos, o que caracteriza a certeza do ganho. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados. **n) Benefícios aos empregados:** *i) Obrigações de curto prazo:* As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado. Outros benefícios de curto prazo tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida, vale transporte, estacionamento, vale transporte, vale refeição e alimentação e treinamento profissional são oferecidos aos empregados e Administradores e reconhecidos no resultado do período à medida que são incorridos. *ii) Obrigações com aposentadorias:* A Seguradora é patrocinadora de um plano de previdência complementar para os empregados na modalidade de contribuição definida - Plano Gerador de Benefícios Livres - PGBL administrado pela MAPFRE Previdência S.A.. Trata-se de um plano de contribuição definida que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições realizadas por ele mesmo e pela Seguradora, sendo os recursos investidos em um fundo de investimento destinado a essa finalidade. Os aportes mensais são calculados considerando o salário base de contribuição do participante. A Seguradora não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas de benefícios a empregados, no período em que esses serviços são prestados pelos empregados. *iii) Outros benefícios pós-emprego:* Há, neste plano de saúde para ex-empregados e outros dependentes, o qual é o GRUPO MAPFRE RE (inveniente) das RS 22. **o) Outras receitas e despesas operacionais:** Compreendem substancialmente as receitas e as despesas com apólices e contratos de seguros. **p) Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras (incluindo as aplicações classificadas como valor justo por meio de outros resultados abrangentes), ganhos na alienação, variações no valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, e ganhos de juros de títulos de renda fixa mensurados pelo método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem atualização monetária das provisões técnicas, variações no valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ou valor recuperável (impairidade) reconhecidas nos ativos financeiros e que estão reconhecidos no resultado. **q) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido:** O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 no período e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável. A contribuição social sobre o lucro líquido e contribuição social sobre o lucro líquido compreende os tributos correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes. O tributo corrente corresponde aos valores a pagar sobre a base tributável do período, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e somado de eventual ajuste de imposto a pagar com relação aos exercícios anteriores. O tributo diferido corresponde às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos, considerando o método de cálculo do tributo corrente e os correspondentes valores tributáveis ou dedutíveis em períodos futuros. O tributo diferido ativo é mensurado pela aplicação das alíquotas vigentes sobre prejuízos fiscais, bases tributárias negativas e diferenças temporárias, sendo reconhecido no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização desses ativos. Os ativos e passivos tributários diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos tributários correntes, que se relacionam ao imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. **r) Participações nos lucros:** A Seguradora registra mensalmente a participação nos lucros com base nos critérios de pagamentos referentes ao último exercício, caso não tenha ocorrido nenhuma mudança significativa na política de remuneração, sendo atualizada pelo índice de reajuste salarial da categoria e ajustada posteriormente, para pagamento aos colaboradores, conforme política de remuneração.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Seguradora, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros: o risco de subscrição; o Risco de crédito; o Risco de liquidez; o Risco de mercado; o Risco operacional; e o Risco de capital. A Inadimplência desta nota explicativa é apresentar informações gerais sobre essas exposições, bem como os critérios adotados pela Seguradora na gestão e mitigação de cada um dos riscos acima mencionados. **Estrutura de gerenciamento de riscos:** O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, sendo utilizado com o objetivo de evitar perdas e adicionar valor ao negócio, à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros. A Seguradora conta com um processo de gestão de riscos, em constante aperfeiçoamento, alinhado à regulamentação vigente e às políticas corporativas globais do GRUPO MAPFRE, o sistema está baseado na gestão de cada um dos processos de negócio e na adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos. O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos. As responsabilidades do Sistema de Gestão de Riscos da MAPFRE estão integradas na estrutura organizacional de acordo com o modelo de três linhas de defesa, envolvendo todo o GRUPO MAPFRE Brasil incluindo empresas do conglomerado como a MAPFRE RE (SC) e a MAPFRE Brasil, além de uma equipe de renda fixa, composta por empregados, diretoria e áreas operacionais, de suporte responsável por manter o controle efetivo das atividades realizadas como parte inerente do trabalho cotidiano. Portanto, são eles que assumem os riscos e são responsáveis por estabelecer e aplicar os mecanismos de controle necessários para gerir os riscos associados aos processos que realizam e geram que não ultrapassem os limites estabelecidos. b) Segunda linha: integrada pelas funções-chave de gestão atuarial, de riscos e de conformidade e outras funções de seguros, que garantem o funcionamento do Sistema de Gestão de Riscos. c) Terceira linha: composta pela Auditoria Interna, que realiza o acompanhamento independente da adequação, suficiência e eficácia do Sistema de Controle Interno, avaliando eventuais deficiências às partes responsáveis por aplicar as medidas corretivas, incluindo os altos cargos executivos e os órgãos de governança, conforme o caso. O gerenciamento dos riscos inerentes às atividades é abordado dentro de um processo apoiado pela Comissão de Riscos. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos, buscando minimizar a existência de lacunas e que possam comprometer a adequação e mensuração do risco de subscrição. A gestão de riscos é dividida em duas partes: a) Gerenciamento de Riscos Quantitativos, responsáveis por monitorar e suportar continuamente a gestão de riscos corporativos da organização, dentro de um processo que permita a supervisão, o controle da eficácia dos sistemas de controles internos, da gestão de risco, vigilância e notificação de exposição a riscos. A gestão dos riscos corporativos quantitativos é sustentada por modelos estatísticos como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo do *"Value at Risk - VaR"*, indicadores de suficiência de capital, dentre outras. A esses modelos, são adicionada a parcela *qualitativa* do teste de gestão de riscos, que consiste na coleta de informações e na realização de análises de resultados de testes e controles, e de auditoria, tendo como objetivo a análise estratégica,

MAPFRE Vida S.A. - CNPJ 54.484.753/0001-49

o acompanhamento e a mitigação dos riscos corporativos. Além disso, para gerar um ambiente de controle condizente com a importância dos negócios, a empresa investiu no fortalecimento do processo interno de comunicação, disseminando o conceito de gestão de riscos entre os colaboradores por meio de um programa de Disseminação de cultura de Riscos e Controles. Para assegurar a unicidade ao processo de gerenciamento de riscos, o GRUPO MAPFRE conta com os seguintes Órgãos de Governança: **• Conselho de Administração:** é o órgão superior de administração e supervisão da atividade no País, de acordo com as leis locais e as normas internas de governo do GRUPO MAPFRE. Compete ao Conselho aprovar a orientação geral de negócios, as políticas e diretrizes gerais e as metas da MAPFRE Brasil, sempre visando os melhores interesses do GRUPO MAPFRE e zelando pelo cumprimento das obrigações previstas nos normativos internos e na legislação vigente; **• Comitê de Auditoria:** é um órgão estatutário e tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração no que concerne ao exercício de suas funções de auditoria e fiscalização, em consonância com as atribuições previstas na legislação e no Estatuto Social, que tem como atribuições, entre outras, revisar as demonstrações financeiras, à luz das práticas contábeis vigentes; avaliar a qualidade do sistema de controles internos, à luz da regulamentação vigente e dos códigos internos; avaliar a efetividade das auditorias independente e interna e propor ao Conselho de Administração o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições; **• Comitê de Direção:** tem por objetivo a gestão das Unidades de Negócio na região, assim como a condução de todos os projetos corporativos globais ou regionais, que sejam necessários para o cumprimento dos objetivos, e, ainda, desenvolver e executar, conforme o caso, as decisões dos órgãos de Administração e Diretoria da Seguradora; **• Comitê de Investimentos:** tem por objetivo orientar as empresas do GRUPO MAPFRE no que diz respeito à alocação dos investimentos financeiros, analisando os referidos investimentos para avaliar detalhadamente os benefícios e estimativa dos retornos econômico-financeiros, observando as premissas de segurança, rentabilidade, solvência, legislação e alçadas vigentes do GRUPO MAPFRE. O Comitê acompanha e zela pelo cumprimento das políticas financeiras definidas pela Alta Administração e assessoria no desempenho de suas atribuições relacionadas à adoção de estratégias, políticas e medidas voltadas à estratégia financeira do GRUPO MAPFRE; e **• Comissão de Riscos:** com caráter consultivo e de assessoramento, vinculado ao Comitê de Direção, tem por objetivo analisar e acompanhar, bem como, auxiliar o Comitê de Direção nas matérias relacionadas a controles internos, conformidade, gerenciamento de riscos corporativos e atuais, no âmbito de suas competências e de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo GRUPO MAPFRE. O relacionamento dos Comitês com a Alta Administração respeita as alçadas definidas pelo sistema normativo. Contudo, sempre é respeitado o nível de independência requerido para as análises técnicas. Os Comitês têm em seus regimentos a definição de suas atribuições e níveis de reporte. Ainda com o intuito de gerir os riscos aos quais a Seguradora está exposta, a Auditoria Interna possui um importante papel. A sua independência de atuação e a continuidade dos exames efetuados colaboram para um gestão de riscos adequada ao perfil da Seguradora. A Auditoria Interna fornece análises, apreciações, recomendações, pareceres e informações relativas às atividades examinadas, promovendo, assim, um controle efetivo. O escopo da Auditoria Interna está voltado ao exame e à avaliação da adequação e eficácia do sistema de controle interno, bem como a qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades. **Risco de subscrição:** A Seguradora define risco de subscrição como o risco transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. Os contratos de seguro que transferem risco significativo são aqueles em que a Seguradora possui a obrigação de pagamento de um benefício adicional significativo aos seus segurados em cenários com substância comercial, classificados por meio da comparação entre cenários nos quais o evento ocorre, afetando os segurados de forma adversa, e cenários em que o evento não ocorre. Pela natureza intrínseca de um contrato de seguro, o seu risco é, de certa forma, acidental e, conseqüentemente, sujeito a oscilações. Para um grupo de contratos de seguro em que a teoria da probabilidade é aplicada para a precificação e o provisionamento, a Seguradora entende que o principal risco transferido para a Seguradora é o risco de que sinistros avisados e os pagamentos de benefícios resultantes desses eventos excedam o valor contábil dos passivos de contratos de seguros. Essas situações ocorrem, na prática, quando a frequência e severidade dos sinistros e benefícios aos segurados são maiores do que previamente estimados, segundo a metodologia de cálculo desses passivos. A experiência histórica demonstra que, quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor seria a variabilidade sobre os fluxos de caixa que a Seguradora incorreria para fazer face aos eventos de sinistros. A Seguradora utiliza estratégias de diversificação de riscos e programas de resseguro com resseguradoras, que possuem *rating* de risco de crédito de alta qualidade, de forma que o resultado adverso de eventos atípicos e vultosos seja minimizado. Não obstante, o risco de subscrição é minimizado em função da menor parcela de os riscos aceitos possuírem importâncias seguradas elevadas. **Concentração de riscos:** As exposições à concentração de riscos são monitoradas analisando as concentrações em determinadas áreas geográficas. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio por região e por segmento de seguro baseada no valor de prêmio emitido bruto e líquido de resseguro.

	2024		2023					
	Bruto de resseguro (*)	Líquido de resseguro (**)	Bruto de resseguro (*)	Líquido de resseguro (**)				
Centro Oeste	313.170	38%	313.170	40%	323.744	39%	323.744	41%
Nordeste	35.714	4%	35.714	5%	14.544	2%	14.544	2%
Norte	3.213	0%	3.213	0%	2.958	0%	2.958	0%
Sudeste	366.203	46%	336.272	43%	415.934	50%	385.972	48%
Sul	96.092	12%	93.685	12%	71.533	9%	71.474	9%
Total	814.392	100%	782.054	100%	828.713	100%	796.692	100%

(*) As operações estão líquidas dos saldos de RVNE no montante de R\$ 1.222 (R\$ 173 em 31 de dezembro de 2023). (**) Não inclui RVNE de resseguro no montante de R\$ 427. **Sensibilidade do risco de subscrição:** O teste de sensibilidade foi elaborado para explicitar como serão afetados o resultado e o patrimônio líquido caso ocorram alterações razoavelmente possíveis nas variáveis de risco relevante à data do balanço. Em função da relação financeira e das incertezas que envolvem as operações de seguros, foram consideradas nas análises os impactos são considerados para o risco de liquidez de resseguro. Como fatores de risco elencamos-as as variáveis abaixo: **a) Sinistralidade:** Simulamos a elevação de 10% na sinistralidade da empresa, este percentual é atualizado anualmente com base no comportamento do desvio médio da sinistralidade observada. **b) Despesas administrativas:** Simulamos a elevação de 10% nas despesas administrativas da empresa, esse percentual é atualizado anualmente com base no comportamento histórico da Seguradora. Considerando as premissas acima descritas, os valores apurados são:

	2024		Impacto no resultado/Patrimônio líquido (bruto de impostos)	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro		
Fator de risco				
a. Sinistralidade	Aumento de 10%	(52.443)	(50.109)	
b. Despesas administrativas	Aumento de 10%	(8.293)	(8.293)	

Risco de crédito: É o risco de perda de valor de ativos financeiros e ativos de resseguro como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações contratuais com a Seguradora. A Administração possui políticas para garantir que limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos por meio do monitoramento e cumprimento da política de risco de crédito para os ativos financeiros individuais ou coletivos que compartilham riscos similares e levando em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado. O risco de crédito pode se materializar por meio das seguintes falhas: Perdas decorrentes de inadimplência, por falta de pagamento do prêmio ou de suas parcelas por parte dos segurados e de recuperação de sinistros por parte do ressegurador. **• Possibilidade de algum emissor de ativo financeiro não efetuar o pagamento previsto no vencimento ou as amortizações previstas para cada título;** e **• Incapacidade ou inviabilidade de recuperação de comissões pagas aos corretores quando as apólices forem canceladas. Exposição ao risco de crédito de seguro e resseguro:** A exposição ao risco de crédito para prêmios a receber difere entre os ramos de riscos a decorrer e riscos decorridos. Os ramos de riscos decorridos são maiores, uma vez que a cobertura é dada em antecedência ao pagamento do prêmio de seguro. A Administração entende que, no que se refere às operações de seguros, há uma exposição reduzida ao risco de crédito, uma vez que a Seguradora opera com diversos tipos de produtos. Em relação às operações de resseguro, a Seguradora está exposta a concentrações de risco com resseguradoras individuais, devido à natureza do mercado de resseguro. A Seguradora adota uma política de garantia às exposições das contrapartes de resseguro, operando somente com resseguradoras com alta qualidade de crédito refletida nos *ratings* atribuídos por agências classificadoras. No caso da resseguradora local MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros S.A. e da admiãta MAPFRE RE Companhia de Resseguros S.A. foi considerado o *rating* da MAPFRE RE Companhia de Resseguros S.A. **Prêmio cedido aos resseguradores**

	2024		2023	
	Local	Admitida	Eventual	Total
A +	14.122	7.008	11.208	32.338
A	-	-	-	6.777
Total	14.122	7.008	11.208	32.338

O gerenciamento de risco de crédito de seguro refere-se às operações de resseguros que incluem monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como *Fitch Ratings, Standard & Poor* e *Moodys*. Os resseguradores estão sujeitos a um processo de análise de risco de crédito em uma base contínua para garantir que os objetivos de mitigação de risco de crédito sejam atingidos. Alguns focos de atenção para o risco de crédito são: em grupos de clientes, em um mesmo grupo econômico ou até em regiões geográficas. As diretrizes de resseguros também colaboram para o monitoramento do risco de crédito de seguros e são determinadas por meio de política e norma interna. **Gerenciamento do risco de crédito:** Para um melhor controle à exposição a esse tipo de risco, os recursos são investidos nos fundos geridos pela MAPFRE Investimentos Ltda., empresa do GRUPO MAPFRE, que tem como premissa os mesmos limites descritos na Política de Riscos de Créditos e submete aos Comitês competentes periódicas avaliações econômico-financeiras das contrapartes em que os recursos estão aplicados. No que se refere às aplicações financeiras, a Administração avalia o risco de crédito como baixo pelo fato de que a maior parte da carteira está concentrada em títulos públicos de renda fixa e operações compromissadas com lastro em títulos públicos federais. A agência avaliadora de riscos é a *Standard & Poor's, Fitch Ratings* e *Moodys* s, como demonstrado no quadro abaixo:

Ativos financeiros - Rating	AAA	Sem rating	2024	AAA	Sem rating	2023
Títulos públicos de renda fixa - A	702.577	-	702.577	677.290	-	677.290
Caixa/contas a pagar/receber	(6)	(6)	(6)	(26)	(26)	(26)
Total	702.577	-	702.571	677.290	(26)	677.264

Inclui operações compromissadas no montante de R\$ 52.938 (R\$ 49.931 em 31 de dezembro de 2023) com lastro em títulos públicos. A Seguradora efetua diversas análises de sensibilidade e testes de stress como ferramentas de gestão de riscos financeiros. Os resultados dessas análises são utilizados para mitigação de riscos e para o entendimento do impacto sobre os resultados e sobre o patrimônio líquido da Seguradora em condições normais e em condições de stress. Esses testes levam em consideração cenários históricos e cenários de condições de mercado previstas para períodos futuros e têm seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão e, também, para identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Seguradora. **Risco de liquidez:** o risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de a Seguradora saldar seus compromissos, também, às dificuldades ocasionadas na transformação de um ativo era caixa necessário para quitar uma obrigação. A Seguradora possui política específica que estabelece índices de liquidez mínimos requeridos para suprir quaisquer necessidades de financiamentos e compromissos. Uma forte posição de liquidez é mantida por meio da gestão do fluxo de caixa e equilíbrio entre ativos e passivos para manter recursos financeiros suficientes para cumprir as obrigações à medida que estas atingem seu vencimento. **Exposição ao risco de liquidez:** O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa da carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. **Gerenciamento do risco de liquidez:** A administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados. São aprovados, anualmente, pela Diretoria os níveis mínimos de liquidez a serem mantidos, assim como os instrumentos para gestão da liquidez, tendo como base as premissas estabelecidas na Política de Investimentos, a qual é aprovada pelo Conselho de Administração. O gerenciamento do risco de liquidez tem por objetivo controlar os diferentes descasos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações. A Seguradora monitora, por meio da gestão do fluxo de caixa, as entradas e os desembolsos futuros, a fim de manter o risco de liquidez em níveis aceitáveis e, caso necessário, apontar com antecedência possíveis necessidades de redirecionamento dos investimentos. Adicionalmente, é reportado mensalmente à SUSEP o nível de liquidez apresentado pela Seguradora, avaliando a sobre de recursos em função da necessidade de cobertura das provisões técnicas. A Seguradora acompanha e faz a gestão do risco de liquidez, e desenvolveu metodologia própria baseada em método prospectivo de projeção de fluxo de caixa, utilizando premissas atuariais estressadas de entradas e saídas, que decorram do cumprimento dos riscos assumidos pela Seguradora nos contratos e certificados dos planos comercializados até a data-base do cálculo. Os fluxos utilizados de entradas e saídas para o lançamento de receitas provenientes de prêmios e contribuições utilizadas nas projeções, considera os contratos e certificados vigentes na data-base, contemplando as premissas de cálculo utilizadas nas projeções do passivo, sendo essas premissas estressadas para apurar o fator do risco de liquidez a ser aplicado sobre o montante de provisões a cobrir, com revisão periódica. E segregamos a suficiência de liquidez numa escala de medição por nível de tolerância, sendo o resultado calculado decompósito conforme tabela abaixo, considerando as classificações: verde, amarelo e vermelho. As ações para o atingimento de cada taxa, seguem o estabelecido nos normativos internos.

6. APLICAÇÕES

a) Composição por prazo, por título e por nível hierárquico: Apresentamos a seguir a composição dos ativos financeiros por prazo, por título e em valores justos.

Títulos	Vencimento		Ativos		Total
	Entre Acima de		Valor Ajuste ao		
	Valor Justo	Sem vencimento	Contábil (F)	Valor Justo (G)	

Mensuradas a valor justo por meio do resultado

	Entre Acima de	Sem	Valor	Valor	Valor	Ajuste ao	Total
	1 e 5 anos	5 anos	contábil (F)	justo (G)	justo (G)	Valor Justo (G)	
	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)	(H)
Fundos de investimentos	62.039	105.321	3.645	(6)	170.999	170.980	170.999
Letras financeiras do tesouro - LFT	1	8.462	98.622	2.867	-	109.951	109.932
Letras do tesouro nacional - LTN	1	639	6.999	778	-	8.116	8.116
Operações compromissadas (*)	2	52.938	-	-	-	52.938	52.938
Caixa/contas a pagar/receber	2	-	-	-	(6)	(6)	(6)
Mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	19.430	512.142	-	-	531.572	600.777	531.572
Carteira administrada	19.430	512.142	-	-	531.572	600.777	531.572
Títulos do tesouro nacional - NTN-F	1	19.430	512.142	-	-	531.572	600.777
Total	81.469	617.463	3.645	(6)	702.571	771.757	702.571

Nível - Risco de liquidez	Cumprimento total
>= 100%	Zona Verde
< 100% - 90%	Zona Amarela
< 90% - 30%	Zona Vermelha

	2024
Total a ser coberto (nota 20) (a)	380.020
Ativos garantidores (nota 20) (b)	702.571
Fator de risco de liquidez (c)	8,00%
Risco de liquidez: (d)=(a)/(c)	30.400
Verde	18.241
Amarelo	9.121
Vermelho	1.921
Provisão a cobrir + risco de liquidez (e)=(a)-(d)	410.422
Índice de liquidez (b)/(e)	1,71
Suficiência (b)-(e)	292.149

★ continuação

MAPFRE Vida S.A. - CNPJ 54.484.753/0001-49

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de Dezembro de 2024 (Em milhares de Reais)

b) Hierarquia de valor justo: Ao mensurar o valor justo dos ativos financeiros, a Seguradora usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos idênticos. • Nível 2: (*Inputs*), exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3: Ativos que não sejam precificados com base em dados observáveis do mercado e a Seguradora utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo. Não houve reclassificação entre as categorias de Títulos e Valores Mobiliários no período. **c) Determinação do valor justo:** O valor justo das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. As operações compromissadas são operações de compra e venda 1 (um) dia com uma taxa pré-fixada na data da emissão da operação. Os títulos públicos de renda fixa públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. As aplicações financeiras são custodiadas, registradas e negociadas na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão e na SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia.

d) Taxa de juros contratada

	2024		2023	
	Maior taxa	Menor taxa	Maior taxa	Menor taxa
Letras financeiras do tesouro - LFT	100% da SELIC	100% da SELIC	100% da SELIC	100% da SELIC
Letras do tesouro nacional - LTN	15,67%	10,42%	12,05%	11,98%
Notas do tesouro nacional - NTN-F	12,16%	6,18%	10,12%	6,18%
Operações compromissadas (*)	12,15%	12,12%	11,65%	11,62%

(*) Operações compromissadas com lastro em títulos públicos.

e) Movimentação das aplicações

	2023		2024	
	Aplicações	Resgates	Aplicações	Resgates
Mensuradas a valor justo por meio do resultado	149.683	731.438 (727.254)	-	17.132 170.999
Mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	527.581	54.952 (50.364) (45.026)	44.429 531.572	61.561 702.571
Total	677.264	786.390 (777.618)	44.429 531.572	61.561 702.571

	2022		2023	
	Aplicações	Resgates	Aplicações	Resgates
Mensuradas a valor justo por meio do resultado	213.936	659.773 (750.146)	-	26.120 149.683
Mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	407.614	99.830 (57.292) (40.705)	36.724 527.581	62.844 677.264
Total	621.550	759.603 (807.438)	36.724 527.581	62.844 677.264

7. PRÊMIOS A RECEBER

Os prêmios de seguros são contabilizados por ocasião da emissão das apólices, ou no início de vigência do risco para os casos em que o risco tem início antes da emissão, e apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência do risco coberto, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios ganhos.

a) Prêmios por segmento

	2024		2023	
	Prêmios a receber recuperável (*)	Prêmios a receber recuperável (*)	Prêmios a receber recuperável (*)	Prêmios a receber recuperável (*)
Ramos				
Vida em grupo	73.932 (5.626)	68.306 64.741	(5.742)	58.999
Pessoas individual	19.722 (1.973)	17.749 16.423	(2.476)	13.947
Acidentes pessoais coletivo e individual	5.168 (939)	4.229 6.593	(1.164)	5.429
Demais ramos	2.630 (289)	2.341 2.046	(320)	1.726
Total	101.452 (8.827)	92.625 89.803	(9.702)	80.101

(*) Redução ao valor recuperável calculada conforme nota explicativa nº 3c.ii.

b) Movimentação de prêmios a receber

	2024		2023	
	Saldo inicial	Prêmios a receber recuperável (*)	Saldo inicial	Prêmios a receber recuperável (*)
Saldo inicial	80.101	87.594	80.101	87.594
(+) Prêmios emitidos	1.176.718	1.130.962	1.176.718	1.130.962
(+) IOF	3.757	3.828	3.757	3.828
(-) Prêmios cancelados	(145.597)	(76.528)	(145.597)	(76.528)
(-) Recabamentos	(1.023.229)	(1.062.872)	(1.023.229)	(1.062.872)
(+/-) Constituição/Reversão da redução ao valor recuperável	875	(883)	875	(883)
Saldo final	92.625	80.101	92.625	80.101

c) Composição de prêmios a receber por prazo

	2024		2023	
	A vencer até 30 dias	A vencer de 31 a 60 dias	A vencer até 30 dias	A vencer de 31 a 60 dias
A vencer até 30 dias	74.401	65.344	74.401	65.344
A vencer de 31 a 60 dias	5.213	7.878	5.213	7.878
A vencer de 61 a 120 dias	2.603	2.449	2.603	2.449
A vencer de 121 a 180 dias	1.854	1.710	1.854	1.710
A vencer de 181 a 365 dias	2.361	2.139	2.361	2.139
A vencer acima de 365 dias	543	13	543	13
Total a vencer	86.975	79.533	86.975	79.533
Vencidos até 30 dias	2.436	199	2.436	199
Vencidos de 31 a 60 dias	1.689	41	1.689	41
Vencidos de 61 a 120 dias	360	53	360	53
Vencidos de 121 a 180 dias	182	42	182	42
Vencidos de 181 a 365 dias	387	87	387	87
Vencidos acima de 365 dias	596	146	596	146
Total vencidos	5.650	568	5.650	568
Total	92.625	80.101	92.625	80.101

De acordo com os fluxos de recebimento de prêmios o prazo médio é de 21 (vinte e um dias).

8. OPERAÇÕES COM SEGURADORAS

	2024	2023
Sinistro a recuperar de cosseguo cedido	20.936	23.180
Outros	1.380	1.525
Redução ao valor recuperável (RVR)	(1.361)	-
Total	20.955	24.705

9. OPERAÇÕES COM RESSEGUADORAS E ATIVOS DE RESSEGUO

	2024		2023	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
a) Ativo				
Recuperação de sinistros	8.923	4.835	8.923	4.835
Total	8.923	4.835	8.923	4.835
b) Passivo				
Prêmios cedidos em resseguo	10.351	5.427	10.351	5.427
Comissões a recuperar	(285)	(115)	(285)	(115)
Total	10.066	5.312	10.066	5.312

c) Composição de prêmio emitido por grupo de ramos

Grupo de ramos	2024		2023	
	Prêmio emitido líquido (*)	Resseguo cedido (**)	Prêmio emitido líquido (*)	Resseguo cedido (**)
Pessoas	814.392	32.338	814.392	32.338

(*) Não inclui RVNE no valor de R\$ 1.222 (R\$ 173 em 31 de dezembro de 2023). (**) Não inclui RVNE de resseguo no valor de R\$ (427).

10. CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

Os custos de aquisição são contabilizados por ocasião da emissão das apólices, ou no início de vigência do risco para os casos em que o risco tem início antes da emissão, e apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência do risco coberto, por meio de constituição e reversão dos custos de aquisição diferidos.

	2024		2023	
	Taxa anual de depreciação	Custo de aquisição	Taxa anual de depreciação	Custo de aquisição
Ramos				
Vida em grupo	2%	4.531 (1.655)	2,876 2.942	-
Acidentes pessoais coletivos	20%	5.328 (5.328)	-	2
Pessoas individual				
Total	9.419	12.687	2.876	2.942

11. IMOBILIZADO

	2024		2023	
	Taxa anual de depreciação	Custo de aquisição	Taxa anual de depreciação	Custo de aquisição
Imóveis	2%	4.531 (1.655)	2,876 2.942	-
Equipamentos	20%	5.328 (5.328)	-	2
Móveis, máquinas e utensílios	10%	2.621 (2.621)	-	-
Total	12.480 (9.604)	2.876 2.944	- (3)	(68)

12. INTANGÍVEL

	2024		2023	
	Taxa anual de amortização	Custo de aquisição	Taxa anual de amortização	Custo de aquisição
Desenvolvimentos internos				
Desenvolvimento de sistemas	20%	152.475 (115.939)	36.536 36.943 6.640	- (7.048) 36.535
Total	152.475 (115.939)	36.536 36.943 6.640	- (7.048) 36.535	- (7.048) 36.535

13. OBRIGAÇÕES A PAGAR

	2024	2023
Fornecedores	8.556	9.574
Compartilhamento de despesas	1.472	1.164
Participação nos lucros	9.053	8.667
Dividendos a pagar	13.942	14.890
Outras contas a pagar	169	312
Total	33.192	34.607

14. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

	2024	2023
Imposto de renda	15.544	16.450
Antecipação de imposto de renda	(14.080)	(13.092)
Contribuição social sobre o lucro líquido	10.236	10.741
Antecipação de contribuição social sobre o lucro líquido	(8.718)	(8.179)
COFINS	1.120	1.122
PIS	183	184
Total	4.285	7.226

15. CORRETORES DE SEGUROS E RESSEGUROS

	2024	2023
Acidentes pessoais coletivos	871	909
Pessoas individual	199	415
Vida em grupo	9.710	14.331
Total comissões emitidas	10.780	15.655
Comissões a pagar	10.725	884
Total	21.505	16.539

18. DETALHAMENTO E MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS

	2024		2023	
	Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE	Provisão de sinistros a liquidar - PSL (*)	Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados - IBNR	Provisão de sinistros ocorridos, mas não suficientemente avisados - IBNeR
Provisões técnicas - seguros				
Saldo inicial	49.398	248.175	115.563	10.850
Constituições	815.614	8	121.674	16.783
Diferimento pelo risco decorrido	(814.333)	-	-	-
Aviso e ajustes de sinistros	-	497.058	-	7.024
Pagamentos de sinistros	-	(509.277)	-	(6.580)
Atualizações monetárias	-	(4.153)	-	(5.219)
Reversões	-	-	(115.563)	(6.373)
Saldo final	50.679	231.811	121.674	10.445

	2024		2023	
	Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE	Provisão de sinistros a liquidar - PSL (**)	Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados - IBNR	Provisão de sinistros ocorridos, mas não suficientemente avisados - IBNeR
Provisões técnicas - resseguros				
Saldo inicial	32.755	4.678	3.092	107
Constituições	(32.506)	-	79	67
Diferimento pelo risco decorrido	-	-	-	-
Aviso e ajuste de sinistros	-	23.105	-	-
Sinistros pagos a recuperar	-	(20.500)	-	-
Atualização monetária e juros	-	6	-	-
Redução ao valor recuperável	-	(3)	-	-
Saldo final	249	7.251	3.171	174

	2024		2023	
	Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE	Provisão de sinistros a liquidar - PSL (**)	Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados - IBNR	Provisão de sinistros ocorridos, mas não suficientemente avisados - IBNeR
Provisões técnicas - resseguros				
Saldo inicial	570.810	382.524	385.233	439.574
Constituições	647.887	391.193	391.802	451.421
Diferimento pelo risco decorrido	(663.313)	(387.709)	(387.651)	(441.791)
Aviso e ajuste de sinistros	668.726	391.524	387.096	444.651
Sinistros pagos a recuperar	(681.472)	(384.853)	(389.871)	(442.926)
Atualizações monetárias	621.095	387.250	387.604	445.743
Reversões	-	-	-	-
Pagamento de retrocessão	-	(38)	(111.054)	(15.705)
Saldo final	49.398	248.175	115.563	10.850

(*) Inclui provisão de sinistros a liquidar judiciais bruto no montante de R\$ 168.770 (R\$ 197.192 em 31 de dezembro de 2023) e valores de retrocessão destacados nas constituições. (**) Inclui provisão de sinistros a liquidar judiciais de resseguo no montante de R\$ 2.236 (R\$ 1.507 em 31 de dezembro de 2023).

19. DESENVOLVIMENTO DE SINISTROS

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem o objetivo de apresentar o grau de incerteza existente na estimativa do montante de sinistros avisados na data de encerramento das demonstrações financeiras. Partindo do ano em que o sinistro foi avisado e o montante estimado nesse mesmo período, na primeira linha do quadro abaixo, é apresentado como esse montante varia no decorrer dos anos, conforme são obtidas informações mais precisas sobre a frequência e severidade do sinistro à medida que os sinistros são avisados para a Seguradora. Nas linhas abaixo do quadro são apresentados os montantes de sinistros esperados, por ano de aviso e, destes, os totais de sinistros cujo pagamento foi realizado e os totais de sinistros pendentes de pagamento, conchabados com os saldos contábeis. Este quadro contempla as operações de seguros direto, cosseguo aceito, deduzido o cosseguo e resseguo cedido.

	Ano do aviso do sinistro										
	Até 2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Total
Montante estimado para os sinistros											
No ano do aviso	647.887	391.193	391.802	451.421	512.707	578.114	781.120	551.976	517.718	523.873	523.873
Um ano após o aviso	663.313	387.709	387.651	441.791	508.008	566.413	777.484	551.702	511.699	511.699	511.699
Dois anos após o aviso	668.726	391.524	387.096	444.651	509.208	564.997	780.248	5			

★ continuação

MAPFRE Vida S.A. - CNPJ 54.484.753/0001-49

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de Dezembro de 2024 (Em milhares de Reais)

Nota	Tese	Período	Proba- bilidade	Depósito	Valor do risco
				2024	2023
(1)	PIS/COFINS			-	-
(1.1)	COFINS Receita financeira	01/2016 a 06/2024	POSSÍVEL	-	- 26.414
(1.2)	Lei nº 12.973/2014	06/2024	POSSÍVEL	-	- 22.628
(1.3)	PIS Receita financeira	01/2016 a 06/2024	POSSÍVEL	-	- 3.714
(2)	PIS/COFINS Multa	10/2013 a 2019 e 2020	POSSÍVEL	2.528	2.391
(3)	Multa ofício por compensação não homologada	2014, 2017, 2019 e 2020	POSSÍVEL	-	- 76

Total risco possível **2.528 2.391 29.017 26.847**

Nota (1) PIS/COFINS s/ Juros - Discute exigência de PIS/COFINS sobre receitas financeiras decorrentes de adicionais de cobrança/juros na esfera administrativa. A decisão de 1ª instância foi improcedente e aguarda-se decisão de 2ª instância. **Nota (2) PIS/COFINS Multa** - Discute diferença de recolhimento imposta por cálculo de multa de mora sobre recolhimento efetuado sob alcance de liminares que suspendiam a exigibilidade de PIS/COFINS. Decisão de primeira instância favorável. **Nota (3) Multa ofício por compensação não homologada** - Discute administrativamente a exigência de multa de ofício por compensação não homologada. Aguarda decisão definitiva, com a aplicação do julgamento do Tema nº 736 do STF, que julgou inconstitucional a multa isolada prevista em lei, para incidir diante da mera negativa de homologação de compensação tributária por não consistir em ato ilícito com aptidão, para propiciar automática penalidade pecuniária. **Lei nº 14.973/2024 de 16 de setembro de 2024** - Em 16 de setembro de 2024 foi publicada a Lei nº 14.973 de 16 de setembro de 2024, que, dentre outras medidas, passou a prever novo critério de atualização dos depósitos referentes a processos administrativos ou judiciais de interesse da União Federal, inclusive os relativos a tributos e contribuições federais. Diante das alterações introduzidas, acompanharemos as regulamentações a serem emitidas pelo Ministério da Fazenda. Até que essas normativas sejam estabelecidas, persistem dúvidas e um cenário de incerteza quanto a devolução e levantamento dos valores de depósitos judiciais e extrajudiciais, sobretudo em relação à aplicação prática do índice de atualização oficial, bem como a situação de um possível desassentamento entre os valores depositados e as contingências, motivo pelo qual, a mensuração dos impactos não pôde ser realizada.

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 505.166 (R\$ 505.166 em 31 de dezembro de 2023), e está representado por 55.471.444 ações ordinárias, sem valor nominal (55.471.444 ações em 31 de dezembro de 2023). **b) Reserva legal:** Constituída ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para o aumento de capital social. **c) Reserva de investimentos:** Criada com o objetivo de prover fundos que garantam o nível de capitalização da Seguradora, entre outros. É constituída por parcela do lucro líquido remanescente após as deduções estabelecidas no estatuto social, por proposta aos acionistas em Assembleia Geral. **d) Ajuste de títulos e valores mobiliários:** Compreende o ajuste a valor justo dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria de valor justo por meio de outros resultados abrangentes, líquido dos efeitos tributários. **e) Dividendos:** De acordo com o estatuto social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido do exercício ajustado. O pagamento dos dividendos obrigatórios poderá ser limitado ao montante do lucro líquido que tiver sido realizado nos termos da lei. Os dividendos mínimos foram calculados como seguem:

Lucro líquido do exercício	58.701
Constituição da reserva legal (5%)	(2.935)
Lucro líquido ajustado	55.766
Dividendos mínimos obrigatórios	13.942
Total de dividendos distribuídos	13.942
Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado	25,2%

Quantidade de ações:

Ações ordinárias	55.471.444
Dividendos distribuídos por ação:	0,25

24. DETALHAMENTO DE CONTAS DAS DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

a) Principais ramos de atuação

Ramos de atuação	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Vida em grupo	666.390	693.231	73,16%	70,75%	17,57%	16,01%
Pessoas individual	86.433	81.111	18,26%	23,63%	0,03%	0,24%
Demais ramos	55.588	53.577	37,79%	24,54%	29,37%	22,13%
Total	808.411	827.919	64,86%	63,14%	16,50%	14,86%

b) Prêmios emitidos

Prêmios diretos e aceitos	815.614	828.886
Prêmios emitidos	1.031.121	1.052.434
Prêmios cancelados	1.176.718	1.130.962
Prêmios de cessação de contratos	(145.597)	(78.528)
Prêmios de cessação de contratos	(215.507)	(223.548)

c) Variação das provisões técnicas

Provisão de prêmio não ganhos PPNG+RVNE	(7.203)	(967)
Provisão de excedente técnico - PET	(1.281)	(2.590)
d) Sinistros ocorridos	(524.427)	(522.802)

Sinistros (497.066) (496.994)

Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNeR (6.111) (4.509)

Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR (405) (1.696)

Provisão de despesas relacionadas - PDR (8.774) (7.639)

Serviços de assistência (1.217) (2.496)

Outras despesas com sinistros (7.043) (6.605)

e) Custo de aquisição (133.405) (123.304)

Comissões (103.578) (94.820)

Recuperação de comissões 15.771 11.467

Comissão de estipulantes (42.530) (37.400)

Variação dos custos de aquisição diferidos (3.268) (2.381)

f) Outras receitas e despesas operacionais (8.739) (3.770)

Apólices e contratos (2.997) (5.067)

Despesas com cobrança (3.587) (4.433)

Despesas com títulos de capitalização (1.402) (2.130)

Contingências cíveis 386 1.213

Endomarketing (657) (1.402)

Redução ao valor recuperável 106 (1.157)

Outras despesas e receitas (588) (794)

	2024	2023
g) Resultado com operações de resseguro	(6.913)	(4.250)
Receitas com resseguro	23.747	25.859
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	23.105	23.264
Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR	79	2.321
Provisão de despesas relacionadas - PDR	62	40
Participação nos resultados	414	43
Despesas com resseguro	(32.660)	(30.109)
Prêmio de resseguro	(32.755)	(29.102)
Prêmio de resseguro - reintegração	(10)	(919)
Variação das provisões técnicas de caixa	249	-
Outros resultados com resseguro	(144)	(88)
h) Despesas administrativas	(82.929)	(98.958)
Pessoal próprio	(40.426)	(40.556)
Serviços de terceiros	(22.730)	(35.296)
Depreciações e amortizações	(7.116)	(6.094)
Localização e funcionamento	(3.639)	(4.079)
Publicidade e propaganda	(832)	(2.465)
Outras despesas administrativas	(8.186)	(10.468)
i) Despesas com tributos	(16.396)	(16.980)
COFINS	(10.836)	(11.599)
COFINS - Crédito tributário	(511)	(1.280)
PIS	(2.644)	(1.902)
PIS - Crédito tributário	(111)	(209)
Taxa de fiscalização	(1.784)	(1.527)
Outras despesas com tributos	(530)	(464)
j) Resultado financeiro	64.570	60.411
Recargas financeiras	63.208	64.666
Mensuradas a valor justo por meio do resultado	17.132	26.120
Mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	44.429	36.724
Resultado fiscal antes da compensação de prejuízo fiscal	125	110
Atualização monetária dos créditos tributários	35	611
Atualização monetária dos depósitos judiciais	314	294
Outras receitas financeiras	1.173	807
Despesas financeiras	1.362	(4.255)
Atualização monetária sobre provisões de sinistro a liquidar	4.153	(1.209)
Atualização monetária sobre provisões judiciais	(1.492)	(1.881)
Taxa de administração	(1.147)	(993)
Despesas financeiras de juros	(152)	(172)

25. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO

a) Despesas de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

	2024	2023
Imposto de renda	95.600	95.600
Contribuição social sobre o lucro líquido	98.485	98.485
Adições e exclusões permanentes	542	1.079
Adições e exclusões temporárias	1.341	2.741
Resultado fiscal antes da compensação de prejuízo fiscal	97.483	102.305
Compensação de prejuízo fiscal/base negativa	(29.245)	(30.691)
Resultado fiscal do exercício	68.238	71.614
Tributos calculados pela alíquota nominal	(17.035)	(10.741)
Tributos diferidos sobre adições e exclusões temporárias	(6.977)	(4.193)
Incentivos fiscais	1.491	1.429
Ajustes relativos a exercícios correntes	28	-
Ajustes relativos a exercícios anteriores	-	1.577
Encargos sobre o lucro do exercício	(22.493)	(13.930)
Alíquota efetiva	(24%)	(15%)
Alíquota nominal	(24%)	(22%)

26. PLANOS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

A Seguradora proporciona plano de previdência complementar aos seus colaboradores, cujos benefícios compreendem pensão e complemento de aposentadoria. O regime do plano é de contribuição definida, sendo que as contribuições totalizaram R\$ 598 (R\$ 552 em 31 de dezembro de 2023).

27. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Administração define como partes relacionadas à Seguradora, empresas que compõem o GRUPO MAPFRE, o Conglomerado Banco do Brasil S.A., seus Administradores, Conselheiros e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas. Por meio dos procedimentos de captura de tais transações apresentamos os movimentos relacionados. Apresentamos as principais operações com partes relacionadas:

	2024				2023			
	Ativo	Passivo	Receita	Despesa	Ativo	Passivo	Receita	Despesa
Empresa								
Brasileg Companhia de Seguros S.A. (5)	-	-	1	-	-	-	2	(5)
Clube Previdida de Seguridade (5)	-	3	115	(710)	-	-	11	-
Fundación MAPFRE (5)	-	-	-	-	-	-	3	-
Light Serviços de Eletricidade S.A. (5)	-	-	-	-	-	-	27	(1)
MAC Investimentos S.A. (1)/(5)	16	-	199	-	11	-	152	-
MAPFRE Brasil Participações S.A. (1)/(5)	5	1.187	8.043	(6.255)	4	730	7.322	(6.320)
MAPFRE Capitalização S.A. (1)/(3)/(5)	284	153	1.732	(4.128)	290	297	3.263	(8.050)
MAPFRE Investimentos Ltda. (1)/(17)	16	43	312	(1.134)	17	5	138	(984)
MAPFRE Participações S.A. (5)/(8)	-	-	13.942	-	-	-	14.890	-
MAPFRE Previdência S.A. (1)/(6)	101	71	1.097	(769)	17	84	390	(566)
MAPFRE RE Companhia de Resseguros S.A. (4)	3.198	1.166	4.684	(6.544)	5.290	1.170	4.069	(6.777)
MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros (4)	6.891	3.412	9.647	(14.207)	2.487	2.124	10.562	(14.167)
MAPFRE Seguros Gerais S.A. (1)/(5)	2.969	589	49.453	(1.892)	2.014	179	24.556	(2.247)
MAPFRE Tech (9)	-	-	-	-	-	-	-	(25)
MAWDY Ltda. (1)/(2)/(5)	23	150	661	(4.574)	50	136	1.772	(5.923)
Protenseg Corretora de Seguros Ltda. (1)/(5)	7	-	111	-	8	-	98	-
Vera Cruz Consultoria Técnica e Administração de Fundos Ltda. (1)/(5)	6	36	75	-	2	49	-	(594)
Vida Segura Clube de Seguros (5)	-	-	-	-	-	-	6	(12)
Viva Vida Clube de Seguros (5)	-	-	-	-	-	-	2	(11)
Total	13.506	20.752	76.130	(40.213)	10.190	19.664	52.473	(45.682)

1) Refere-se ao rateio de despesas administrativas e comerciais compartilhadas que é efetuado a partir de aplicações de percentuais de alocação para cada Seguradora, sobre o total de despesas incorridas por elas sob o comando da MAPFRE Participações S.A., no desenvolvimento de atividades de: a) administração financeira; b) tecnologia da informação; c) administração; d) jurídico; e) recursos humanos; f) marketing e g) corporativo, percentuais esses definidos com base em medidores de atividades e critérios estabelecidos na convenção do GRUPO MAPFRE. 2) Refere-se a serviços de assistência 24h. 3) Refere-se à compra de títulos de capitalização que são oferecidos em incentivo na vida de seguros. 4) Refere-se a direitos e obrigações da operação de resseguro, cessão parcial ou total do risco assumido à Resseguradores. Os valores são calculados de acordo as disposições contratuais previamente definidas. 5) Refere-se seguro de vida da Seguradora. 6) Seguro de vida dos Administradores e Colaboradores. 7) Despesa com taxa de administração de investimentos. 8) Refere-se à distribuição de dividendos. 9) Refere-se a sistemas de tecnologia. **a) Remuneração do pessoal-chave da Administração:** É estabelecida anualmente, por meio da Assembleia Geral Ordinária a remuneração, os benefícios, os bônus e a participação nos lucros da Administração. Os montantes são

b) Créditos tributários e previdenciários

	2023	Constituições	Reversões	2024
Ativo				
Tributos a compensar	-	527	(44)	483
PIS/COFINS	6.211	9.319	(1.740)	6.893
Tributos retidos na fonte	31	139	(73)	97
Total circulante	6.242	3.088	(1.857)	7.473
Ativo não circulante				
Contingências tributárias	(545)	-	(55)	(600)
Contingências cíveis	4.828	9.319	(9.418)	4.729
Provisão para riscos de crédito	3.623	29.021	(28.902)	3.742
Provisão para participação nos lucros	3.467	38.273	(38.278)	3.462
Contingências trabalhistas	307	918	(351)	874
PIS COFINS s/ PSL/IBNR	10.950	499	(1.803)	9.646
Prejuízo fiscal e base negativa CSLL	168.529	-	(11.698)	156.831
Ajustes de títulos a valor justo TVM	9.672	19.366	(1.356)	27.682
Outras provisões	13.805	2.641	(2.634)	13.812
Total ativo não circulante	214.636	100.037	(94.495)	220.178

	2023	Constituições	Reversões	2023
Ativo				
Tributos a compensar	4.415	2.794	(7.209)	-
PIS/COFINS	7.063	1.085	(1.937)	6.211
Tributos retidos na fonte	1.055	32	(1.056)	31
Total circulante	12.533	3.911	(10.202)	6.242
Ativo não circulante				
Contingências tributárias	(479)	-	(66)	(545)
Contingências cíveis	5.076	-	(248)	4.828
Provisão para riscos de crédito	3.162	7.410	(6.949)	3.623
Provisão para participação nos lucros	1.232	26.616	(24.381)	3.467
Contingências trabalhistas	1.594	291	(1.578)	307
PIS/COFINS s/ PSL/IBNR	11.586	1.514	(2.150)	10.950
Prejuízo fiscal e base negativa CSLL	180.037	-	(11.508)	168.529
Ajustes de títulos a valor justo TVM	25.954	4.327	(20.609)	9.672
Outras provisões	13.805	-	-	13.805
Total ativo não circulante	241.967	40.158	(67.489)	214.636

As constituições dos créditos tributários e previdenciários fiscais e base negativa estão fundamentadas em estudo técnico que leva em consideração, dentre diversos variáveis, estimativa de rentabilidade futura e projeções orçamentárias. Esse estudo técnico aponta para a geração de lucros tributáveis futuros, o que permitirá a realização desses créditos nos próximos anos, conforme quadro abaixo:

Ano	%
2025	6,32%
2026	7,85%
2027	8,50%
2028	9,51%
Anos subsequentes - até 2034	

* continuação

MAPFRE Vida S.A. - CNPJ 54.484.753/0001-49

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.

- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto, excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos

opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais

deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2025.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685-O-0 F SP

Érika Carvalho Ramos
Contadora CRC 1SP224130/O-0

PARECER DOS ATUÁRIOS INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da MAPFRE Vida S.A.
São Paulo - SP

Escopo da Auditoria Atuarial

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da MAPFRE Vida S.A. ("Seguradora"), em 31 de dezembro de 2024, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da MAPFRE Vida S.A. é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e do capital mínimo requerido da Seguradora e não abrange uma opinião no que se refere as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes

associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da MAPFRE Vida S.A. são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da MAPFRE Vida S.A. em 31 de dezembro de 2024 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Seguradora e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2025.



KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.
CIBA 48
CNPJ: 02.668.801/0001-55
R. Verbo Divino, nº 1400 - 04719-002 - São Paulo - SP - Brasil

Daniela Sedel
Atuária MIBA 1721
0977
0980
0982
0993

Anexo I

MAPFRE Vida S.A.
(Em milhares de Reais)

1. Provisões Técnicas, ativos de resseguro e créditos com resseguradores	2024
Total de provisões técnicas auditadas	425.672
Total de ativos de resseguro	11.088
Total de créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros	8.923
2. Demonstrativo dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas auditadas	2024
Provisões técnicas auditadas (a)	425.672
Valores redutores auditados (b)	45.652
Total a ser coberto (a-b)	380.020
3. Demonstrativo do Capital Mínimo	2024
Capital Base (a)	15.000
Capital de Risco (CR) (b)	181.744
Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)	181.744
4. Demonstrativo da Solvência	2024
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	369.497
Ajustes Econômicos do PLA	8.660
Exigência de Capital (CMR) (b)	181.744
Suficiência do PLA (c = a - b)	187.753
Ativos Garantidores (d)	702.571
Total a ser Coberto (e)	380.020
Suficiência dos Ativos Garantidores (f = d - e)	322.551
5. Demonstrativo dos limites de retenção (Grupos SUSEP)	2024
	25
	125
	0969, 0984, 1369, 1384
	0990, 1377
	1381
	1977
	0980
	0982
	0993

ESTAMOS SEMPRE POR PERTO, CUIDANDO DO QUE É IMPORTANTE PARA VOCÊ



Pode ser o seguro de vida, um investimento ou uma assistência para o seu carro: estamos sempre aqui, cuidando do que realmente importa. E, há 90 anos cuidando das pessoas, nosso maior orgulho é ter participado dos sonhos, das metas e da proteção de milhões de brasileiros. Sempre com segurança, empenho, cuidado e prontos para levar tranquilidade e transformar vidas. Porque, para nós, é assim que se constrói confiança.

